



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

## ENSINO À DISTÂNCIA E PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA BAHIA

JÉSSICA CLEOPHAS DO CARMO LIMA<sup>1</sup>  
VERA NÚBIA SANTOS<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é debater os principais desafios da conjuntura de expansão do ensino a distância no Brasil, as alternativas de organização histórica do Serviço Social na consolidação do seu projeto profissional e o cenário na Bahia, um dos principais polos de inserção das empresas de educação no Brasil. Faz uma análise sobre a expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade a distância e o conseqüente distanciamento da sua estruturação com relação à proposta de formação profissional construída e defendida pela categoria, na direção de seu projeto ético-político.

**Palavras-chave:** Ensino a distância; Serviço Social; Formação Profissional.

**Abstract:** The objective of this article is to discuss the main challenges of the scenario of expansion of distance education in Brazil, the alternatives of historical organization of Social Work in the consolidation of its professional project and the scenario in Bahia, one of the main poles of insertion of education companies. It analyzes the expansion of Social Work courses in the distance modality and the consequent distance of its structuring with respect to the proposal of professional formation built and defended by the category, in the direction of its ethical-political project.

**Keywords:** Distance learning; Social Work; Professional Development.

### 1. INTRODUÇÃO

O ensino a distância é uma realidade que aponta para um expressivo crescimento no Brasil, principalmente (mas não em decorrência, somente) após os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Dados do Censo da Educação Superior de 2016 apontam que inversamente aos cursos presenciais, que diminuiu 1,2% no período entre 2015/2016, as matrículas nos cursos de graduação a distância tiveram com crescimento de 7,2% (INEP, 2017). Além da expansão de cursos de licenciatura, a maioria da oferta de cursos de graduação nessa modalidade, uma das profissões mais afetadas nesse cenário

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <jessicacleophascl@gmail.com>

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe.

é o Serviço Social<sup>3</sup>. Dahmer, Ferreira e Souza (2014), ao analisarem a expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade a distância no país, apontam para a necessária reflexão sobre a ampliação da oferta de cursos e, principalmente, das vagas. As autoras sinalizam que o nicho do EaD já se consolida no mercado e faz-se cada vez mais importante e necessário afirmar o que preceitua Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, sendo imprescindível “questionar os rumos da política educacional brasileira: mercantilizada e negadora do direito universal à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, em todos os níveis formativos” (DAHMER; FERREIRA, SOUZA, 2014, p. 199).

O objetivo deste artigo será debater os principais desafios desta conjuntura, as alternativas de organização histórica do Serviço Social na consolidação do seu projeto profissional e o cenário de expansão do ensino a distância na Bahia, um dos principais polos de inserção das empresas de educação no Brasil.

O Serviço Social foi amadurece sua concepção de projeto de sociedade, formação e atuação no decorrer da sua história enquanto profissão no Brasil, acompanhando o desenvolvimento do país e suas contradições. Para compreender como esse processo apresentaremos os elementos centrais para conhecer os caminhos percorridos pela categoria profissional levando ao seu atual momento. Temos como ponto de partida a construção e consolidação do projeto profissional do Serviço Social brasileiro, essencial para a compreender seu antagonismo com a atual configuração do ensino superior no país.

---

<sup>3</sup> Já em 2017, por meio do Decreto n.º 9.057, de 26 de maio, o Poder Executivo, regulamentou o Art. 80 da Lei 9.394 (LDB) em todo território nacional. Para o Ministério da Educação, “a partir de agora, as instituições de ensino superior podem ampliar a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância. Entre as principais mudanças, estão a criação de polos de EaD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade EaD sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial. Com a regulamentação, as instituições poderão oferecer, exclusivamente, cursos a distância, sem a oferta simultânea de cursos presenciais. A estratégia do MEC é ampliar a oferta de ensino superior no país para atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que exige elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 e 24 anos.” Cf. <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/49321-mec-atualiza-legislacao-que-regulamenta-educacao-a-distancia-no-pais>. Acesso em 08/07/2018.

Para discutirmos a política de educação superior é importante pontuar três momentos essenciais: a reforma universitária da década de 1960, a reforma do Estado nos anos 1990 e a reforma universitária de 2004. Posteriormente lançaremos alguns apontamentos sobre o avanço do ensino à distância no Serviço Social, a partir da discussão do cenário na Bahia, que expressa um dos maiores desafios para a consolidação do projeto profissional na conjuntura atual.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A institucionalização do Serviço Social torna-se necessária no Brasil a partir da década de 1930, diante do momento de desenvolvimento urbano-industrial e o aprofundamento das demandas sociais. O Estado passou a atuar nas expressões da questão social com o controle das reações populares e no domínio das esferas da vida das pessoas, principalmente as trabalhadoras. A Igreja Católica, como uma grande aliada, teve importante influência na definição do papel das primeiras assistentes sociais, com atuação voltada à adequação das famílias aos comportamentos morais.

Posteriormente, há uma aproximação com referências estadunidenses e a categoria passa a se preocupar com a estruturação da profissão no país, com a criação de entidades organizativas, a regulamentação no ensino superior, a construção do currículo mínimo, a definição dos princípios éticos profissionais e a regulamentação do exercício profissional.

Pode-se perceber que esse processo deu-se *pari passu* ao desenvolvimento da política de educação superior, que permeou o distanciamento com a Igreja Católica, a organização de bases curriculares nacionais e, principalmente, a reforma universitária consolidada ao final da década de 1960. Nesse sentido, houve uma expansão dos cursos de Serviço Social, seguindo a tendência mercantil incentivada no período, através de instituições privadas e não-universitárias. (PEREIRA, 2007)

A categoria passa a questionar seus referenciais teóricos e a estrutura da sociedade, diante das novas demandas colocadas para a atuação profissional. Para Netto (1999), esse processo aliava-se ao Movimento de

Reconceituação do Serviço Social em toda América Latina, como também à conjuntura de repressão da ditadura civil-militar no Brasil e a inserção de assistentes sociais nos movimentos de luta pela democracia.

É importante pontuar que o processo de amadurecimento iniciara e muitas produções e reflexões permeariam a renovação da profissão no final da década de 1970, que aqui não aprofundamos mas consideramos essencial pontuar suas principais características. O início desse processo foi direcionado por uma perspectiva tecnicista, que teve como marco nos anos 1960 os Documentos de Araxá e Teresópolis, frutos de seminários organizativos da categoria. Nesse momento “abandonava-se o neotomismo como matriz teórica – característico do Serviço Social ‘tradicional’ – e caminhava-se em direção ao estrutural-funcionalismo.” (PEREIRA, 2007, p. 177).

Houve posteriormente uma tendência que defendeu a retomada das bases conservadoras da profissão, porém com uma maior referência na fenomenologia, que “emergiu nos Seminários de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984)”, conforme aponta Pereira (2007, p. 178), para então ganhar maior força e capilaridade entre a categoria e suas entidades, a perspectiva baseada no método marxista, tendo como marco o desenvolvimento do “Método de BH”, que, mesmo com algumas dificuldades teórico-metodológicas impulsionou o movimento que consolidou o atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Essas reflexões foram ampliadas, principalmente com a inserção de assistentes sociais na pós-graduação com maior proximidade com a pesquisa e os debates teóricos; a atuação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), que direcionava o debate sobre a formação profissional e as bases teórico-metodológicas e ideo-políticas do Serviço Social; e os espaços organizativos que reuniam a categoria, impulsionando o processo de renovação que vivenciava o Serviço Social brasileiro.

O 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, é considerado o marco da renovação profissional, de rompimento com as bases conservadoras fundantes da profissão, como também da necessidade de revisão do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social em 1982, aliado à

construção do código de ética de 1986, que demonstrava o avanço crítico da categoria no momento. Segundo Pereira (2007, p. 91)

[...] havia uma preocupação na constituição do currículo mínimo de 1982 em superar dois equívocos históricos da profissão, que são: a perspectiva mecanicista, que concebe a formação atrelada às demandas do mercado de trabalho e a perspectiva idealista, que entende a formação independente do exercício profissional.

A década de 1980 teve uma grande importância para a profissão, pois juntamente com seu processo de renovação o país vivenciava uma conjuntura de efervescência política, com intensa organização dos movimentos sociais na luta pela democracia, que acarretou na redemocratização do país e na aprovação da nova Constituição Federal, em 1988. Observamos, com a sua promulgação grandes avanços na perspectiva dos direitos humanos e sociais e na ampliação de políticas públicas, que apresentavam um novo cenário para atuação profissional, com a demanda de um novo perfil, amparado na competência para atuar em novos espaços sócio-ocupacionais e com a necessidade de demarcar seu compromisso e papel social.

O Código de Ética, marco histórico no processo de renovação da profissão, foi revisto em 1993, com a definição de valores e princípios da categoria, e juntamente com a aprovação da Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão do Serviço Social, com suas competências e atribuições privativas e os determinantes legais para a profissão, definem um grande avanço para a profissão.

A afirmação de uma nova direção social consolida-se com a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, em 1996, depois de longos debates e reflexões da categoria, revisando o currículo mínimo de 1982. Essas diretrizes foram construídas no seio das entidades político-organizativas da categoria (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), envolvendo assistentes sociais, estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, entre outros sujeitos. Esse documento buscou respaldar o que previa a Lei n.º 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que culminou na construção de diretrizes curriculares para todos os cursos. Em 1999 foi

enviado ao MEC o documento com a proposta de Diretrizes Curriculares do Serviço Social, construído por uma comissão de Assistentes Sociais vinculadas à ABEPSS, que organizaram o documento aprovado pela categoria em 1996, para que fossem definidas como Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social no Brasil.

O documento aprovado em 2002 pelo MEC para o curso de Serviço Social, reduziu o documento construído e aprovado coletivamente pela categoria, com grandes alterações teórico-metodológicas, esvaziando o debate do projeto profissional. Atualmente os cursos de Serviço Social são avaliados através das diretrizes do MEC, por isso devem cumprir suas exigências, ainda assim, alguns cursos demarcam politicamente a vinculação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, afirmando o compromisso com a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

As principais críticas direcionadas às diretrizes curriculares do MEC são relacionadas à modificação do documento, reduzindo a proposta do projeto profissional, através da modificação do perfil profissional, das competências e habilidades baseadas da lei de regulamentação da profissão, dos núcleos de fundamentos reduzidos nos tópicos de estudos, nas distorções da compreensão de questão social, trabalho, teoria e direção social da formação e da prática profissional que dão base ao projeto ético-político da categoria.

Os documentos construídos pela categoria representam a materialização do projeto ético-político profissional do Serviço Social, com a formação estruturada através de três núcleos de fundamentação: o núcleo de fundamentação teórico-metodológico e ético-político da vida social; o núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o significado do Serviço Social no seu âmbito; o núcleo de fundamentação do trabalho profissional, que determinam o compromisso social da categoria com a classe trabalhadora, por sua análise da realidade social e compreensão enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho. Esses núcleos amparam-se em três dimensões indissociáveis na profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o método — não se reduzindo a pautas de

procedimentos para o conhecer e/ou o agir — expressa-se na lógica que organiza o processo mesmo do conhecimento. Requer que os fenômenos e processos sociais sejam reproduzidos na esfera do pensamento, que procura apreendê-los nas suas múltiplas relações e determinações, isto é, em seus processos de constituição e de transformação pleno de contradições e mediações (em sua totalidade). (IAMAMOTO, 2014, p. 622)

Há aqui uma evidente preocupação com uma formação aliada ao projeto profissional construído pela categoria. Porém, a hegemonia desse projeto ainda está em construção, enfrentando grandes desafios principalmente pela conjuntura do capitalismo, de consolidação do neoliberalismo que acentua o avanço das contrarreformas no Brasil e a direção social da educação superior, que na última década aponta para novas configurações, aprofundando as contradições que impactam diretamente o projeto profissional do Serviço Social.

Segundo Proni (1997) o sistema capitalista passa por constantes transformações, no que tange o amadurecimento de sua legitimação, com isso a direção da educação dependerá dos interesses de desenvolvimento da sociedade do período, considerando que as classes dominantes imprimem seus princípios e valores para a reprodução e manutenção das relações sociais, servindo então para perpetuar seus interesses.

Desde a década de 1960 a política de educação é marcada por um contexto de abertura aos interesses privados, por meio de acordos firmados internacionalmente, com modelos de educação norte americanos. A Reforma Universitária iniciada em 1969, ampliou a lógica privatizante e a dependência ao imperialismo monopolista, como uma tendência difundida aos outros países da América Latina. Logo em 1971, a Reforma do 1º e 2º graus direcionou a educação básica para a formação profissionalizante, como tendência proposta por organismos internacionais (PINTO, 1986).

Já na década de 1990 sob a contrarreforma do Estado, acentua-se a influência de organismos internacionais, notadamente o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) na formulação de políticas econômicas e sociais e a educação um alvo dessas instituições em toda a América Latina e países de capitalismo dependente, considerados em desenvolvimento. A principal característica proposta do início de 1990 é a

diversificação de instituições (universidades, faculdades, centros universitários); variedade das fontes de financiamento; redefinição da função do Estado (de fornecedor da educação a garantidor da sua privatização); implantação de uma política de qualificação do ensino superior que atenda aos interesses do setor privado. (BANCO MUNDIAL, 1994 apud FERREIRA, 2011, p. 04).

A educação, portanto, caracteriza-se como um gasto a mais para o Estado, sendo necessário ampliar o seu financiamento pelas instituições privadas. Esse é o projeto que se consolida na LDB em 1996 e o Plano Nacional de Educação aprovado em 2001 que instrumentaliza a política de educação já em curso no País.

Com a entrada nos anos 2000, atinge-se o terceiro momento estruturante desta política, sustentada durante os Governos FHC, e logo nos primeiros anos de gestão do Governo Lula, apresentou-se um Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no qual foram apontados programas de reorganização da educação, com o objetivo de alinhar as metas dos organismos internacionais ao país. É então através do PDE que a nova Reforma do Ensino Superior é iniciada, com características marcadas pela intensificação da presença do setor privado, desempenhando papel de destaque na consolidação do projeto neoliberal.

Segundo Lima (2005) a Reforma do Ensino Superior do Governo Lula é considerada uma contrarreforma, mesmo diante do seu caráter de expansão, pela continuidade do processo de privatização do segmento, ainda que se criem/ampliem as instituições públicas. Nesse sentido, há que se observar algumas características: a diversificação das IES, que passam a ser caracterizadas como centros universitários, faculdades e universidades; o processo de privatização interna das universidades públicas através das Parcerias Público-Privado (PPP); a ampliação do financiamento público para instituições privadas através de bolsas de estudo e financiamento de mensalidades para estudantes com perfil socioeconômico vulnerável; a criação de um Sistema Nacional de Avaliação para o Ensino Superior; a criação de uma política de cotas raciais e sociais; o Plano Nacional de Assistência

Estudantil, e a perspectiva e consolidação de expansão para o ensino a distância<sup>4</sup>.

A educação superior brasileira apresentou-se nos últimos anos como uma área estratégica de privatização que, contraditoriamente, sustentou-se na esperança popular de democratização de acesso, historicamente negado aos trabalhadores brasileiros.

Trata-se de um processo histórico e não de uma derivação “lógica” de certas categorias do pensamento. As bases e os fundamentos dessa longa privatização da educação brasileira estão, portanto na história do desenvolvimento da sociedade brasileira e de suas práticas educativas. (MINTO, 2016)

O processo foi alvo de grandes críticas dos movimentos docente e estudantil, principalmente da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, no que tange à assistência estudantil, à autonomia universitária, ao investimento para a educação e à precarização do trabalho. As críticas focavam a ampliação de estrutura física para comportar a expansão, a necessária contratação de docente no regime de dedicação exclusiva, bem como a relação professor/aluno, que precariza a relação ensino/aprendizagem e o processo de trabalho dos docentes, com a criação do banco de professor-equivalente, e a diminuição de concursos para docentes e técnicos administrativos, especialmente os últimos, que tiveram uma redução no quadro nas universidades federais, paralelamente a uma ampliação da terceirização. (ANDES, 2007)

Esse cenário complexifica-se no desenvolvimento dos programas, e perpassa os mandatos do Governo Dilma (PT) de 2011 até 2015, quando foi afastada do cargo. Neste período destaca-se a aprovação do Plano Nacional de Educação, em 2013, que não altera a direção e concepção do plano anterior, com suas metas articuladas com a política expansão do ensino superior em curso, com algumas medidas novas: torna o Reuni uma política de Estado colocando suas metas como estruturantes do plano, a ampliação do FIES e PROUNI na graduação e pós-graduação stricto sensu, e a modalidade

---

<sup>4</sup> Os principais programas implementados a partir de 2003, foram: Programa Universidade para Todos (PROUNI); Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI).

a distância que também deve ampliar-se com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Conforme destaca Lima (2013, p. 9)

Aprofunda a certificação em larga escala operada pelo Reuni [...], bem como fortalece o empresariamento da educação (básica e superior) através das vagas “públicas” nas entidades privadas do sistema S e da ampliação da isenção fiscal aos empresários da Educação Superior pelo FIES (nos cursos privados de graduação de pós-graduação, ambos nas modalidades presencial e a distância).

Porém, há uma maior complicação da conjuntura, após o *impeachment* de Dilma Rousseff e o início do Governo Michel Temer, quando, através das suas ações, as metas propostas para o decênio no Plano Nacional de Educação não poderão ser cumpridas. Aprofunda-se assim o processo de diversificação das Instituições de Ensino Superior, flexibilização da formação, o incentivo ao ensino a distância e o desmonte das Universidades e Institutos Federais. Paralelamente, em 2017 o BM apresenta ao Brasil mais um documento sobre os investimentos do governo, em especial para a educação superior.

[...] propõe, na mesma linha do “estudo de 1995”, as seguintes orientações e medidas: 1- redução dos recursos destinados às Universidades Federais, o que as obrigaria “redefinir a sua estrutura de custo e/ou buscar recursos em outras fontes”; 2- introdução de “tarifas” escolares (ensino pago); 3- financiamento para os estudantes que não puderem pagar as mensalidades instituídas pelas Universidades Federais, tal como já ocorre com o FIES que, “felizmente”, segundo o documento, já oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas; e 4- para completar, bolsas de estudos gratuitas para os estudantes mais pobres, através do PROUNI. (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017, p. 3)

Esse é um processo engendrado no capitalismo financeiro, no qual a educação passa a ser rentável e possível de especulação, portanto uma mercadoria. O Brasil já conta com as maiores empresas de educação superior do mundo, como a Kroton, Estácio e Rede Laureate, possibilitadas com o incentivo do Estado principalmente com os programas como FIES, PROUNI e do Ensino a Distância.

Para o Serviço Social brasileiro esse processo impacta diretamente o projeto profissional, ao passo que no desenvolvimento da política de educação superior, a profissão sofreu uma desenfreada expansão, principalmente no ensino privado e na modalidade a distância.

A modalidade de ensino a distância foi proposta desde 1993 através do Sistema Nacional de Educação a Distância no Brasil, tendo como objetivo “catalisar, potencializar, ampliar e articular iniciativas isoladas e fragmentadas e o fomento do desenvolvimento de ações cooperativas na esfera da educação à distância”. Ou seja, considerando as iniciativas de educação a distância já existentes, com cursos “profissionalizantes e de complementação de estudos, principalmente pelos cursos por correspondência e telecursos transmitidos pela televisão”, e o avanço da *internet* a partir dessa década, foi necessário organizar uma política específica para essa modalidade de ensino, com a principal justificativa de ampliar o acesso de pessoas pobres, de lugares geograficamente distantes e pouco desenvolvidos do país à educação, adaptada a essas especificidades. Essa política é proposta na LDB de 1996 e regulamentada pelos Decretos 2.494/98 e 2.561/98 que indicam aspectos de implementação dos cursos a distância. (LIMA, 2005)

Esse processo passou por diversas proposições e reformulações, como a Portaria 4.059 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação, que viabiliza a introdução de disciplinas na modalidade semipresencial (integral ou parcialmente) em até 20% da carga horária total do curso. Muitos cursos desde então, passaram a considerar essa possibilidade como regra, considerando a flexibilidade e o custo baixo que o ensino a distância oferta. A publicação do Decreto 5.622, de dezembro de 2005 revogou os decretos anteriores e mantém-se como o principal documento de regulamentação da modalidade, mesmo com algumas alterações realizadas posteriormente que não a alteraram substancialmente. Atualmente a educação a distância caracteriza-se como uma modalidade em que a mediação pedagógica utiliza meios e tecnologias de informação e comunicação e na qual estudantes e docentes estão em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Com isso, o ensino a distância “amplamente flexível e aberto, voltado para um aprendizado rápido e ágil” possibilitou ao projeto de educação do Governo Lula, a ampliação de vagas a baixo custo e conseqüentemente operou um *boom* de instituições aderindo à modalidade e um crescimento desenfreado de polos e cursos pelo país. Há muita disputa ainda quanto à avaliação, encontros presenciais, carga horária e tempo de duração dos

cursos, além de amplo debate sobre a oferta de cursos da área da Saúde, Direito, como também do próprio Serviço Social (BRASIL, 2005)

Esse cenário foi analisado por Lima e Pereira (2009, p. 43) que problematizam a expansão dos cursos de Serviço Social no percurso histórico refletido nesse tópico, onde 74 cursos foram criados desde o primeiro em 1936 até 1994, sendo 63,6% de natureza privada, 50 cursos durante o governo FHC, entre 1995 e 2002, destes 90% privados, totalizando 124 cursos até 2002, sendo 74,1% privados. A expressividade dos dados se amplia durante o período do Governo Lula, o que demonstra o impacto da Reforma Universitária para a formação de assistentes sociais, considerando que entre 2003 e 2009 foram criados 210 novos cursos, com 91% no âmbito privado.

Iamamoto (2014, p. 612) aponta que até 2011 já existiam 358 cursos, sendo 24 cursos criados entre 2009 e 2011. A autora reflete que mesmo com grande expressão dos cursos privados, a maior preocupação passou a ser a modalidade de ensino a distância, apontando que a realidade de matrículas nesta modalidade já ultrapassava a modalidade de ensino presencial, considerando que em 2011 existiam 80.650 matrículas na modalidade a distância em contraponto a 72.019 na modalidade presencial.

Os cursos inseridos em instituições de ensino privado correspondem à maioria dos cursos de Serviço Social do país, com uma maior expansão nas últimas décadas. Segundo Lima e Pereira (2009) esses cursos em sua maioria estão inseridos em instituições não-universitárias, que não são obrigadas a garantir pesquisa e extensão, além de um maior incentivo ao individualismo e enquadramento às demandas do mercado.

[...] esta flexibilização da formação acadêmica em Serviço Social coloca em risco a direção ético-política da profissão, gera uma confusão entre pluralismo e ecletismo, bem como estimula a sua mercantilização ao submetê-la aos ditames da lógica do mercado, moldando assim um perfil profissional totalmente adverso do defendido e construído ao longo das últimas décadas, e expresso nas Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS em 1996. Além de estimular a reação conservadora e regressiva no universo acadêmico e profissional, que gerará repercussões políticas no processo de organização da categoria, já que este ensino tende a ser reduzido “ao treinamento, à transmissão de conhecimentos e ao adestramento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado” (SAKURADA, 2013, p. 121).

Na Bahia o cenário apresentado materializa-se no aumento de instituições na duas últimas décadas. Considerando que até 2001 existia somente um curso de graduação em Serviço Social no estado, na Universidade Católica do Salvador (UCSAL) existente há 50 anos, chega-se à atualidade com 50 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam o curso. Dessas instituições 12 são presenciais e estão na capital, 18 são presenciais e estão no interior, 17 na modalidade a distância estão na capital e no interior, e três ofertam o curso nas duas modalidades, presencial na capital e a distância na capital e no interior. Ressalta-se que dois cursos são públicos e presenciais: um na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), iniciado em 2008, e um na Universidade Federal da Bahia (UFBA), iniciado em 2009, ambos criados em razão do REUNI.

Esses dados, cotejados com outros estados nordestinos, demonstram que a Bahia é o estado da região nordeste com maior número de cursos de graduação em Serviço Social, seguido pelo estado de Pernambuco e do Ceará, com 33 e 29 instituições respectivamente e reforçam a necessidade de analisar os impactos dessa expansão e a mudança que provoca no perfil e na formação profissional, notadamente com relação ao ensino privado e a distância no estado.

Nesse cenário baiano há 20 instituições de ensino superior habilitadas para ofertar o curso de Serviço Social na modalidade a distância, destas apenas três ainda não iniciaram, por isso nos detemos a analisar os que estão em execução. Observamos a diversidade das 17 instituições: 11 são Universidades, três destas de caráter confessional, e seis são Centros Universitários. Estas instituições estão distribuídas em 98 dos 417 municípios baianos, com maior expressividade nas principais cidades como Salvador, em que todas as instituições estão presentes, seguida de Feira de Santana, que conta com 13 instituições, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista, com nove e sete instituições, respectivamente, conforme se verifica no sítio do Ministério da Educação (E-MEC/MEC).

Considerando as 98 cidades baianas em que o curso de Serviço Social é ofertado na modalidade a distância, o número de polos é de 248, somando

todas as instituições, com a oferta de aproximadamente 116 mil vagas<sup>5</sup>. A instituição que oferta o maior número de vagas é a Universidade Paulista (UNIP) com 47.880 mil vagas, que na Bahia aparece em de 29 polos de ensino, a segunda maior é a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), seguida da Universidade Anhanguera, essas duas instituições são do mesmo grupo educacional Kroton e somadas oferecem 37.950 vagas. A empresa Estácio de Sá oferta aproximadamente 10.050 vagas, sendo a quarta maior do estado através de duas instituições vinculadas ao grupo: Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto e Centro Universitário Estácio de Sá. Esses dados demonstram como as empresas se organizam na disputa pelo mercado educacional na Bahia. Nacionalmente a Kroton é a maior empresa educacional brasileira, seguida da Estácio e da Universidade Paulista (UNIP), os dados apresentados demonstram que a Bahia não segue a tendência nacional, mas representa a disputa das três maiores empresas de educação (E-MEC/MEC).

Não foi possível identificar através do site do MEC se a quantidade de vagas se efetivam em matrículas, nem mesmo os dados de conclusão dos cursos, portanto não é possível identificar o número real de estudantes de Serviço Social na modalidade a distância na Bahia, temos somente uma estimativa. Essa estimativa é confirmada através do aumento da solicitação de registros no Conselho Regional de Serviço Social da quinta região, cujo número em 2011 era de 1.370 recém inscritos e em 2013 esse número foi de 2.658, ou seja em dois anos o número de solicitação de registro dobrou (CRESS 5ª Região, 2014)

Em pesquisa vinculada ao trabalho de conclusão de curso, realizamos entrevistas com as coordenações dos cursos de Serviço Social em Salvador. Importa considerar alguns elementos que traduzem como necessária a análise do crescimento da oferta da modalidade a distância nos cursos de Serviço Social.

Numa das instituições pesquisadas, o curso a distância foi aberto no final da última década e em 2016 possuía em cerca de trezentos estudantes

---

<sup>5</sup> O número de vagas totais dizem respeito à oferta em todo país, não somente no Estado da Bahia. Diferente dos cursos presenciais, a autorização de vagas para os cursos a distância considera vários polos.

em Salvador e aproximadamente mil estudantes em todo o estado. Neste curso nota-se uma maior quantidade de docentes especialistas e horistas, confirmando o que as pesquisas de Lima e Pereira (2009, p. 46) sinalizam: trata-se de uma preferência das instituições privadas, “principalmente as não universitárias – devido ao barateamento da hora-aula do especialista e/ou mestre em relação ao professor doutor.”

No curso a distância o currículo é normalmente o mesmo do presencial, com a mesma carga horária, porém com formato e dinâmicas diferentes, como prevê a legislação brasileira, mas isso não significa, por exemplo, uma formação que preconize a indissociabilidade entre as dimensões da formação profissional, uma vez que as diretrizes curriculares da ABEPSS podem não ter sustentação em instituições que não privilegiem a tríade ensino-pesquisa-extensão, características das universidades.

No caso do estágio, ressaltamos que o maior desafio é implantar a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, que além de exprimir conceitualmente o significado do estágio supervisionado no processo de formação, indica delimitações nem sempre cumpridas pelas instituições, a saber: supervisão direta de estudantes por profissional do campo e docente; carga horária mínima de estágio, respeitando a distribuição no semestre, dentre outros aspectos. Consideramos também que com a expansão dos cursos de Serviço Social a distância e consequente ampliação no número de estudantes, o estágio na extensão se tornou uma possibilidade para garantir a inserção dos estudantes no estágio.

No que diz respeito à consolidação do Projeto Político Pedagógico e sua relação com o projeto de formação proposto pela ABEPSS, ressaltamos que o maior desafio enfrentado à modalidade EaD encontra-se na mobilização dos corpos docente e estudantil para superar “esse formato padronizado de sala”, pois se afirma a mediação do ensino por meio de recursos tecnológicos e de comunicação como uma inovação que tem maior receptividade de estudantes. Ressaltamos, todavia, que os cursos são fundamentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e também da ABEPSS, que têm na legislação específica e na normativa da categoria uma especificidade a ser reafirmada.

Dadas as características apontadas anteriormente, observamos que analisar o crescimento dos cursos de Serviço Social na modalidade à distância na Bahia é algo imperioso, e deve considerar os elementos que permearam esse processo nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que se torna preponderante às entidades da categoria afirmar a defesa do projeto profissional hegemônico, ainda que em disputa entre as várias frações ideológicas que dão sustentação a essa profissão.

Uma das defesas da modalidade EaD remete à necessária adequação dos cursos ao mercado de trabalho, uma defesa presente quando se trata da iniciativa privada. Essa compreensão tem sido historicamente problematizada nas produções do Serviço Social, por compreender que as características da atual configuração do modo de produção capitalista, e conseqüentemente, do mercado de trabalho. Nas palavras de Harvey (2011, p. 166)

Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista.

Esse caminho possibilitou ao Serviço Social reconhecer-se e demarcar sua posição na divisão sócio-técnica do trabalho, como classe trabalhadora inserida no contexto atual de reestruturação produtiva, com um intenso processo precarização do trabalho, flexibilização dos vínculos empregatícios, com ampliação da terceirização, entre outros elementos recentemente agudizados com a contrarreforma trabalhista. Diante disso, questionamos: Será que é o Serviço Social que deve modernizar-se e adequar-se ao mercado de trabalho? Ou deve compreender a lógica de funcionamento, as características e demandas atuais, para contribuir com a resistência ao cenário imposto à classe trabalhadora, de retração e perda dos direitos trabalhistas já conquistados?

Podemos perceber que a direção social do projeto ético-político do Serviço Social é contra hegemônico e crítico à atual configuração do mundo do trabalho, portanto é necessário criticar a perspectiva de adequação da categoria ao mercado de trabalho. Netto (1999, p. 19) ressalta a força desse projeto profissional porque ao mesmo tempo em que combate o projeto

societário em vigência “[...] torna-se solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população”.

Porém, é necessário compreender o que significa essa defesa pela modernização da categoria, para entender as bases teóricas e ideológicas que as fundamenta. Esse movimento é fundamental para a categoria, principalmente para munir-se de elementos, possibilitando uma crítica coerente com a direção social atual da profissão e confrontá-la, com consequência, com os argumentos dos setores que defendem a referida modernização. Pode-se perceber, portanto, os desafios atuais para manutenção da hegemonia do projeto-ético-político do Serviço Social brasileiro frente à expansão da privatização da educação superior, na particularidade da modalidade a distância.

### **3. CONCLUSÃO**

A questão do curso à distância é uma temática que tem ganhado atenção na categoria nos últimos anos, devido a sua crescente expansão. As entidades da categoria alertam para a incompatibilidade entre a proposta de formação profissional construída coletivamente e a estrutura do ensino nessa modalidade, apontando a complexidade da formação de assistentes sociais, que demanda um perfil profissional que articule teoria e prática no exercício profissional, munido da capacidade de realizar uma mediação crítica na realidade social. Esse movimento tem como foco a compreensão das possibilidades e limites de atuação e a reflexão sobre o significado social da profissão.

A implantação massiva de cursos na modalidade EaD no Brasil, e em particular na Bahia na duas últimas décadas apresenta um colisão com o caminho delineado para a formação profissional, por descaracterizar na relação entre a lógica curricular e o desenvolvimento da formação com base na tecnologia e na comunicação que caracterizam a modalidade a distância. Portanto, a construção desse perfil profissional não é possível com tamanha

flexibilidade curricular, com a inexistência de debates coletivos para a reflexão dos conteúdos das disciplinas, causando um distanciamento desse profissional dos princípios ético-políticos da categoria, tornando-se um grande desafio para a efetivação e consolidação do projeto ético-político profissional.

O crescimento da oferta de vagas, principalmente na modalidade a distância na área, também deve ser considerado na perspectiva de rota colidente com os avanços no projeto profissional, considerando as normativas profissionais, a ampliação de vagas no mercado de trabalho, principalmente no campo das políticas públicas (e particularmente nas políticas da Seguridade Social: Assistência Social, Previdência Social e Saúde) e na produção do conhecimento.

O enfrentamento desses aspectos só pode ser feito com a garantia da direção hegemônica consolidada pelo Serviço Social brasileiro desde o processo de renovação da profissão. E a particularidade da modalidade EaD na Bahia é mais um elemento a considerar.

## REFERÊNCIAS

ANDES. **O plano de desestruturação do ensino superior - PDE**. Brasília, 2007

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.493, DE 18 DE JULHO DE 2005. Regulamenta o disposto na Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Diário Oficial, Brasília, DF, 19 jun. 2005.

CFESS. **Código de ética profissional dos/as assistentes sociais**. Lei 8663/93; Brasília, 2012.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L.; MOREIRA, U. **Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras**: a nova investida do banco mundial. 2017. Disponível em: <<http://www.edgardigital.ufba.br/?p=5841>>.

FERREIRA, D. S. M. M. **A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social**: uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Transformação política econômica do capitalismo do final do século XX. Editora Loyola: São Paulo, 2011.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

INPE. **Censo da educação superior 2016**. Notas estatísticas. 2017.

Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf). Acesso em: 08 jul. 2018.

LIMA, K. R. S. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, L. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n.1, p. 31-50, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de educação 2011- 2020**: Desafios para a educação superior, 2013.

MINTO, L. W. Privatização da educação no Brasil: fenômeno conjuntural ou estrutural? In: PEIXOTO, Madalena Guasco (Org.) **O capital global na educação brasileira**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político. In: Cead; CFESS; ABEPSS; UNB (Orgs.). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Mod. 1. Brasília, 1999.

PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, L. D.; FERREIRA, A. T. S.; SOUZA, A. C. V. de. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EaD e presenciais. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 27, p. 181-202, 2014.

PINTO, R. M. F. Caminhos da política educacional brasileira: 1964 e os anos seguintes. In: \_\_\_\_\_. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986. cap.3, p. 55-79.

PRONI, M. W. **História do capitalismo**: uma visão panorâmica. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 30. (Cadernos CESIT, n.25)

SAKURADA, P. K. C. **As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os perfis profissionais das Universidades do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.